

Esboço para uma crítica da economia política¹

Friedrich Engels

A economia política² emergiu como consequência natural da expansão do comércio e, com ela, o trapaceiro simples e não científico foi substituído por um sistema especializado de fraudes permitidas, uma ciência completa do enriquecimento.

Essa economia política ou ciência do enriquecimento, que resultou da inveja recíproca e da ganância dos comerciantes, carrega a marca do egoísmo mais repugnante na testa. Ainda havia uma concepção ingênua de que ouro e prata eram riquezas e, portanto, não havia nada mais urgente a se fazer do que proibir a exportação de metais "nobres". Os países se encaravam como avaros, cada um com sua cara bolsa de dinheiro cercando as duas armas e olhando para os vizinhos com inveja e suspeita. Todos os meios foram usados para atrair o máximo possível de dinheiro vivo dos povos com quem se negociava, e para manter aquilo que foi felizmente obtido dentro dos limites aduaneiros.

A implementação mais consequente desse princípio teria matado o comércio. Então se começou a ultrapassar a primeira etapa; percebeu-se que o capital permanece morto se preso no caixa, enquanto aumenta constantemente na circulação. Então se tornou mais filantrópico, enviou seus ducados como chamarizes para trazer outros de volta e se percebeu que não faria mal se se pagasse demais a "A" por sua mercadoria, desde que se pudesse vender a "B" por um preço mais alto.

Sobre essa base se ergueu o *sistema mercantil*. O caráter ganancioso do comércio foi um pouco escondido; as nações começaram a se aproximar, fecharam tratados de comércio e amizade, fizeram negócios reciprocamente e, por amor a um ganho maior, fizeram todo o bem possível uns aos outros. Mas, basicamente, era a antiga cobiça por dinheiro e o egoísmo que, de

¹ Texto traduzido diretamente da língua alemã: "Unrisse zu einer Kritik der Nationalökonomie". In: *Marx-Engels Werke* Bd. 1. Berlin: Dietz Verlag, 1981. Foram utilizadas, para efeito de cotejamento, as seguintes traduções: "Esboços para uma crítica de la economia política". In: MARX, K. *Manuscritos económico-filosóficos*. Trad. Fernanda Aren, Silvina Rotemberg y Michel Vedda. Buenos Aires: Colihue Clásica, 2010; ENGELS, F. *Lineamenti di una critica dell'economia politica*. Trad. Nicola De Domenico. Roma: Editori Riuniti, 1977. Tradução de Ronaldo Vielmi Fortes. Revisão da tradução de Vitor Bartoletti Sartori. Revisão ortográfico-gramatical de Vânia Noeli Ferreira de Assunção. Nesta tradução foram introduzidas notas das três edições utilizadas. Indicamos as edições do seguinte modo: edição alemã [NEA]; tradução italiana [NTI] e tradução espanhola [NTE]. Utilizamos também as anotações [NT] para nota do tradutor e [NRT] quando a nota for do revisor da tradução.

² [NTE] Em alemão *Nationalökonomie*, termo utilizado para designar a economia política. [NRT] O termo *politischen Oekonomie* será, porém, utilizado posteriormente pelos autores em suas obras para tratar do tema.

tempos em tempos, explodia nas guerras, que na época eram todas provocadas pelos ciúmes comerciais. Essas guerras também mostraram que o comércio, como o roubo, era baseado na lei do mais forte³; não havia nenhum escrúpulo em distorcer, com astúcia ou com uso da força, tratados considerados os mais favoráveis.

O ponto principal em todo o sistema mercantil é a teoria da balança comercial. Como o princípio de que ouro e prata eram riquezas ainda era mantido, o único considerado benéfico era o negócio que acabaria por trazer dinheiro em espécie para o país. Para deduzir isso, comparava-se exportação e importação. Se se tivesse exportado mais do que havia sido importado, acreditava-se que a diferença havia ingressado no país em dinheiro em espécie e se acreditava estar mais rico. Portanto, a arte dos economistas era garantir que, no final de cada ano, as exportações tivessem um saldo favorável em relação às importações; e por causa dessa ilusão ridícula, milhares de pessoas foram massacradas! O comércio também tem suas cruzadas e sua inquisição.

O século XVIII, o século da revolução, também revolucionou a economia; mas, como todas as revoluções deste século foram unilaterais e ficaram presas à oposição, assim como permaneceu contraposto ao espiritualismo abstrato o materialismo abstrato, à monarquia a república, ao direito divino o contrato social, do mesmo modo a revolução econômica não suplantou a oposição. Os pressupostos permaneceram em toda parte; o materialismo não atacou o desprezo e a humilhação cristãos do homem, apenas se limitou a contrapor ao homem, no lugar do deus cristão, a natureza como absoluto; a política não pensou em examinar os pressupostos do estado em si e para si; a economia nem sequer chegou a pensar em perguntar sobre a *legitimidade da propriedade privada*. É por isso que a nova economia foi apenas progresso pela metade; ela era obrigada a trair e negar seus próprios pressupostos, a usar sofisma e hipocrisia para encobrir as contradições em que se envolvia e a chegar às conclusões a que foi impulsionada não por seus pressupostos, mas pelo espírito humano do século. Assim, a economia assumiu um caráter filantrópico; ela negou seu favor aos produtores e o entregou aos consumidores; agiu como se sentisse uma repulsa sagrada pelos horrores sangrentos do sistema mercantil e declarou o comércio como um vínculo de amizade e unidade entre nações, assim como entre os indivíduos. Era toda a magnificência e esplendor – mas os pressupostos voltaram de novo a vigorar e, em contraste com essa filantropia cintilante, geraram a teoria populacional malthusiana, o sistema bárbaro mais difícil que já existiu, um sistema de desespero que derrubou todas aquelas frases bonitas sobre o

³ [NTE] Em alemão: *Faustrecht*, corresponde ao direito dos cavaleiros que perdurou até o final da Idade Média.

amor humano e sobre o cosmopolitismo; eles criaram e elevaram o sistema fabril e a escravidão moderna, que não tem nada a invejar à antiga escravidão em termos de desumanidade e crueldade. A nova economia, o sistema de livre comércio baseado n'A *riqueza das nações* de Adam Smith, está provando ser a mesma hipocrisia, inconsistência e antieticidade [*Unsittlichkeit*]⁴ que agora se opõe à humanidade livre em todas as áreas.

Mas o sistema de Smith não foi um progresso? – Claro que foi, e foi um progresso necessário. Era necessário que o sistema mercantil, com seus monopólios e restrições de tráfego, fosse derrubado, para que as verdadeiras consequências da propriedade privada pudessem vir à tona; era necessário que todas essas mesquinhas considerações locais e nacionais retrocedessem para que a luta de nosso tempo se tornasse mais universal, mais humana; era necessário que a teoria da propriedade privada deixasse o caminho puramente empírico, meramente objetivo, e assumisse um caráter mais científico, que também a responsabilizasse pelas consequências e, assim, levasse a questão a um domínio universalmente humano; que a antieticidade [*Unsittlichkeit*] contida na velha economia fosse elevada até o pico mais alto, tentando negá-la e incorporando a hipocrisia – uma consequência necessária dessa tentativa. Tudo isso era da natureza da questão. Reconhecemos de bom grado que só pelo estabelecimento e execução do livre comércio nos encontramos em condições de ir além da economia da propriedade privada, mas, ao mesmo tempo, devemos ter o direito de apresentar esse livre comércio em toda a sua nulidade teórica e prática.

Nosso juízo se torna mais difícil quanto mais próximos de nossos tempos estejam os economistas que devemos julgar. Enquanto Smith e Malthus apenas encontraram fragmentos isolados à sua frente, os mais recentes tinham todo o sistema à sua disposição; as consequências foram todas extraídas, as contradições saíram com clareza suficiente e, no entanto, não chegaram a uma prova das premissas, e ainda assim assumiram a responsabilidade por todo o sistema. Quanto mais os economistas se aproximam do presente, mais se afastam da honestidade. A cada progresso do tempo, o sofisma necessariamente aumenta a fim de manter a economia à altura do tempo. Por isso, por exemplo, Ricardo é mais culpado que Adam Smith e MacCulhoh e Mill são mais culpados que Ricardo.

A economia mais recente não pode sequer julgar o sistema mercantil corretamente, porque é ela mesma parcial e está vinculada aos pressupostos daquele. Somente UM ponto de vista [*Standpunkt*] que se eleva acima da oposição entre os dois sistemas, que critica os pressupostos comuns de

⁴ [NRT] A expressão é de difícil tradução, já que remete à oposição entre *Sittlichkeit*, geralmente traduzido por eticidade, e *Moralität*, moralidade. Deste modo, embora fosse possível traduzir *Unsittlichkeit* por imoralidade, perder-se-ia algo central à teoria da época – que dialogava com as expressões hegelianas –, a saber, a própria oposição mencionada.

ambos e parte de uma base universal puramente humana, será capaz de mostrar a ambos o posicionamento [*Stellung*] correto. Mostrará que os defensores do livre comércio são monopolistas piores do que os próprios mercantilistas. Mostrará que, por trás da resplandecente humanidade dos mais recentes destes, existe uma barbárie que os antigos não conheciam; que a confusão conceitual do velho é ainda simples e conseqüente se comparada à lógica ambígua de seus críticos, e que nenhuma das partes pode culpar a outra por algo que não recaia também sobre si mesma. – É por isso que a economia liberal mais recente tampouco consegue conceituar a restauração do sistema mercantil por meio de ardis, enquanto para nós a questão é muito simples. A inconsistência e a ambigüidade da economia liberal devem necessariamente se dissolver em seus componentes basilares. Assim como a teologia deve voltar à fé cega ou avançar para a filosofia livre, também a liberdade de comércio deve, por um lado, produzir a restauração dos monopólios e, por outro, a superação [*Aufhebung*] da propriedade privada.

O único *progresso positivo* que a economia liberal fez foi o desenvolvimento de leis da propriedade privada. Essas estão, entretanto, contidas nela, embora ainda não estejam totalmente desenvolvidas e claramente elucidadas. Daí resulta que em todos os pontos em que a decisão sobre o caminho mais curto para enriquecer, portanto em todas as rígidas controvérsias econômicas, é importante que os defensores do livre comércio tenham o direito do seu lado. Bem entendido: em controvérsia com os monopolistas, não com os adversários da propriedade privada, porque o fato de serem capazes de tomar decisões economicamente mais corretas sobre questões econômicas, há muito os socialistas ingleses já demonstraram prática e teoricamente.

Ao criticarmos a economia política, portanto, examinaremos as categorias fundamentais, revelaremos a contradição trazida pelo sistema de livre comércio e traçaremos as conseqüências de ambos os lados da contradição.

A expressão “riqueza nacional” só surgiu pelo vício universalizante dos economistas liberais. Enquanto existir propriedade privada, essa expressão não terá significado. A “riqueza nacional” dos ingleses é muito grande e, no entanto, são o povo mais pobre sob o Sol. Ou bem se abandona a expressão completamente ou se assumem pressupostos que lhe confirmam sentido. O mesmo vale para expressões como economia nacional, economia política ou pública. Nas condições atuais, a ciência deveria se chamar economia privada,

porque suas relações públicas existem apenas em prol da propriedade privada⁵.

A consequência mais imediata da propriedade privada é o comércio, a troca de necessidades mútuas, a compra e a venda. Sob o domínio da propriedade privada esse comércio, como qualquer atividade, deve se tornar uma fonte direta de renda para o comerciante; ou seja, todos devem procurar vender o mais caro possível e comprar o mais barato possível. A cada compra e venda se defrontam duas pessoas com interesses absolutamente opostos; o conflito é decididamente hostil, porque cada um conhece as intenções do outro, sabe que são opostas às suas próprias. A primeira consequência é, por um lado, a desconfiança mútua, por outro, a justificativa dessa desconfiança, o uso de meios antiéticos [*unsittlicher*] para alcançar uma finalidade antiética [*unsittlichen*]. Por exemplo, o primeiro princípio do comércio é o sigilo, ocultação de qualquer coisa que possa degradar o valor do artigo em questão. A consequência disso é: no comércio é permitido se beneficiar tanto quanto possível da ignorância, da confiança da contraparte e elogiar propriedades de suas mercadorias que elas não possuem. Em *uma* palavra, negociar é fraude legal. Que a prática corresponda a essa teoria testemunhará todo comerciante que queira honrar a verdade.

O sistema mercantil ainda possuía certa franqueza católica imparcial e não escondia nem um pouco a essência antiética do comércio. Vimos como este ostentava abertamente sua ganância vulgar. A posição mutuamente hostil das nações no século XVIII, a inveja repugnante e o ciúme do comércio foram as consequências lógicas do comércio em geral. A opinião pública ainda não era humanizada, então, não havia razão para esconder a natureza desumana e hostil do próprio comércio. Mas, quando o Lutero da economia, Adam Smith, criticou a economia anterior, as coisas mudaram muito. O século foi humanizado, a razão se afirmou, a eticidade começou a reivindicar seu eterno direito. Os tratados comerciais extorquidos, as guerras comerciais, o isolamento brusco das nações eram demais para a consciência avançada. No lugar da retidão católica se impôs a hipocrisia protestante. Smith provou que a humanidade também estava enraizada na essência do comércio; que o comércio, em vez de ser "a fonte mais frutífera de discórdia e hostilidade", é um "vínculo de união e amizade entre nações e entre indivíduos" (cf. A

⁵ [NRT] Engels utiliza os seguintes termos *Natinalökonomie*, *Politische Ökonomie*, *öffentliche Ökonomie* e, por fim, *privat Ökonomie*.

riqueza das nações, B4, c3, §2), pois é da natureza da questão que o comércio como um todo seja vantajoso para todos os envolvidos.

Smith estava certo quando saudou o comércio como humano. Não há nada absolutamente antiético no mundo; o comércio também tem um lado em que presta homenagem à eticidade e à humanidade. Mas que homenagem! O direito do mais forte, o assalto na rua da Idade Média, foi humanizado quando passou para o comércio – o comércio, como sua primeira etapa, caracterizada pela proibição da exportação de dinheiro – e para o sistema mercantil. Desse modo, este foi humanizado. Obviamente, é do interesse do comerciante manter boas relações com aqueles de quem ele compra barato, assim como com aqueles a quem ele vende a um preço mais elevado. Portanto, é muito imprudente uma nação alimentar um clima hostil com seus fornecedores e clientes. Quanto mais amigável, mais benéfico. Esta é a humanidade do comércio, e essa maneira hipócrita de usar a eticidade para fins antiéticos é o orgulho do sistema da liberdade de comércio. Não derrubamos a barbárie do monopólio, exclamam os hipócritas, não levamos a civilização para partes distantes do mundo, não confraternizamos os povos e reduzimos as guerras? – Sim, fez-se tudo isso, mas *como se fez isso!* Aniquilaram-se os pequenos monopólios para tornar o *único* grande monopólio, a propriedade, o mais livre e irrestrito possível; civilizaram-se os confins da terra para ganhar novo terreno para o desenvolvimento de sua vulgar ganância; confraternizaram-se os povos, mas se formou uma irmandade de ladrões, e se reduziram as guerras para ganhar mais na paz, para levar a inimizade do indivíduo, a guerra desonrosa da concorrência, ao mais alto nível! – Quando se fez algo por pura humanidade, por consciência da nulidade da oposição entre o interesse geral e o individual? Quando se foi ético sem interesses, sem motivos antiéticos e egoístas como pano de fundo?

Depois que a economia liberal fez o possível para generalizar a hostilidade, dissolvendo nacionalidades, a humanidade se transformou em uma horda de animais furiosos – não é isso que são os concorrentes? – que se devoram exatamente porque cada um tem o mesmo interesse que os outros; depois desse trabalho preliminar, só lhe restava mais um passo para alcançar a finalidade, a dissolução da família. Para conseguir isso, sua bela invenção, o sistema da fábrica, veio em seu auxílio. O último traço de interesses comuns, a comunidade de bens da família, foi soterrada pelo sistema fabril e – pelo menos aqui na Inglaterra – já está em processo de dissolução. É algo muito comum na cotidianidade que crianças, tão logo sejam capazes de trabalhar, isto é, completem nove anos, usem seu salário para si, e passem a ver a casa de seus pais como simples tavernas e paguem a seus pais certa quantia pela comida e acomodação. Como poderia ser diferente? O que mais poderia resultar do isolamento de interesses subjacentes ao sistema da liberdade de comércio? Uma vez que um princípio é posto em movimento, ele trabalha por

si mesmo por meio de todas as suas consequências, gostem ou não os economistas.

O próprio economista não sabe, porém, a que causa serve. Ele não sabe que, com todo o seu raciocínio egoísta, é apenas um elo na cadeia do progresso geral da humanidade. Ele não sabe que, com a dissolução de tudo em interesses particulares, está apenas abrindo a estrada para a grande mudança para a qual o século está caminhando, a reconciliação da humanidade com a natureza e consigo mesma.

Outra categoria determinada pelo comércio é o valor. Sobre esta, assim como sobre todas as outras categorias, não há disputa entre os economistas mais antigos e os mais novos, porque os monopolistas, em sua fúria imediata de enriquecimento, não tiveram tempo para lidar com categorias. Todas as disputas sobre essas questões vieram dos mais recentes.

Para o economista que vive de oposições, existe, naturalmente, também um valor *duplo*: o valor abstrato ou real e o valor de troca. Houve uma longa disputa sobre a essência do valor real entre os ingleses, que determinaram o custo de produção como expressão do valor real, e o francês Say, que pretendeu medir esse valor de acordo com a utilidade de uma coisa. A disputa esteve em suspenso desde o início deste século e adormeceu, não foi decidida. Os economistas não podem decidir.

Os ingleses – MacCulloch e Ricardo em particular – afirmam que o valor abstrato de uma coisa é determinado pelo custo de produção. Bem entendido, o valor abstrato, não o valor de troca, o *exchangeable value*, o valor no comércio – que é algo completamente diferente. Por que os custos de produção são a medida do valor? Por que – ouça, ouça! – por que ninguém venderia nada, em circunstâncias normais e desconsiderando as relações de concorrência, por menos do que a produção lhe custou? O que temos que ver com "vender" aqui, quando não se trata da aposta comercial? Aqui temos de novo o comércio, que devemos deixar de fora – e que comércio! Um comércio em que o principal, a relação de concorrência, não deve ser considerado! Primeiro, um valor abstrato, agora também um comércio abstrato, um comércio sem concorrência, ou seja, um homem sem corpo, um pensamento sem cérebro para produzir pensamentos. E o economista não percebe que, quando a concorrência é deixada de fora do jogo, não há nenhuma garantia de que o produtor venda suas mercadorias exatamente ao custo de produção? Que confusão!

Mais ainda! Vamos admitir, por um momento, que tudo é como diz o economista. Supondo que alguém tenha feito algo muito inútil com enorme esforço e custos enormes, algo que ninguém deseja, esse vale também os custos de produção? De maneira alguma, diz o economista, quem vai querer

comprá-lo? Então, temos assim não apenas a utilidade desacreditada de Say, mas – com a "compra" – a relação de concorrência ao lado. Não é possível ao economista manter sua abstração por um momento sequer. Não apenas o que ele está tentando remover com dificuldade, a concorrência, mas também o que ele ataca, a utilidade, escorre entre seus dedos a todo momento. O valor abstrato e sua determinação pelos custos de produção são apenas abstrações, absurdos.

Mas vamos dar razão novamente ao economista por um momento – como ele determinará os custos de produção para nós sem ter em conta a concorrência? Quando examinamos o custo de produção, vemos que essa categoria também se baseia na concorrência e, também aqui, mostra o quão pouco o economista está em condições de sustentar suas asserções.

Se passamos para Say, encontramos a mesma abstração. A utilidade de uma coisa é algo puramente subjetivo, algo que não se pode estabelecer de modo absoluto – pelo menos enquanto ainda se estiver vagando entre oposições, certamente não será estabelecida. Segundo esta teoria, as carências [*Bedürfnisse*] necessárias devem ter mais valor que os artigos de luxo. A única via possível para se chegar a uma decisão razoavelmente objetiva e aparentemente universal sobre a maior ou menor utilidade de uma coisa é, sob o domínio da propriedade privada, a relação de concorrência, e é isso o que se deveria deixar de lado. Mas, se a relação de concorrência for permitida, então também os custos de produção entram; porque ninguém venderá por menos do que investiu na produção. Aqui também um lado da oposição, sem que se queira, transpassa para o outro.

Tentemos lançar luz nessa confusão. O valor de uma coisa inclui os dois fatores, que são separados à força pelas partes em disputa e, como vimos, sem sucesso. O valor é a razão entre custos de produção e utilidade. A aplicação mais precisa do valor é a decisão sobre se alguma coisa deve ser produzida, ou seja, se a utilidade compensa os custos de produção. Somente então se pode discutir a aplicação do valor para a troca. Uma vez equiparados os custos de produção de duas coisas, a utilidade será o fator decisivo para determinar seu valor comparativo.

Essa base é a única base justa da troca. Mas, se se parte dela, quem deve estabelecer a utilidade da coisa? A mera opinião das partes? Pelo menos é assim que *uma* delas é enganada. Ou uma determinação baseada na utilidade inerente à coisa, independente das partes envolvidas e não evidente para elas? A troca só pode ocorrer por *coação*, e cada um pensa que foi enganado. Não se pode superar essa oposição entre a utilidade inerente real à coisa e a determinação dessa utilidade, entre a determinação da utilidade e a liberdade dos participantes da troca, sem superar a propriedade privada; e, uma vez que essa venha a ser superada, não se pode mais falar em troca como ela existe agora. A aplicação prática do conceito de valor será, então, cada vez

mais limitada a estabelecer a produção, e está é a sua esfera própria.

Mas, então, como estão as coisas agora? Vimos como o conceito de valor é violentamente dividido e os aspectos individuais são tomados como o todo. Os custos de produção, distorcidos desde o início pela concorrência, devem valer como o próprio valor; da mesma forma, a utilidade meramente subjetiva – já que agora não pode haver outra. Para obter essas definições debilitadas, a concorrência deve ser usada nos dois casos; e o melhor é que, no caso dos ingleses, a concorrência, em relação ao custo de produção, representa a utilidade, enquanto, inversamente, em Say, a concorrência, em relação à utilidade, introduz o custo de produção. Mas que utilidade, que custos de produção traz! Sua utilidade depende do acaso, da moda, do humor dos ricos, seus custos de produção aumentam e diminuem com a relação casual entre demanda e oferta.

A diferença entre o valor real e o valor de troca é baseada em um fato - a saber, que o valor de uma coisa é diferente do chamado equivalente dado a ela no comércio, ou seja, que esse equivalente não é equivalente. Esse chamado equivalente é o preço da coisa e, se o economista fosse honesto, ele usaria a palavra "valor comercial". No entanto, ele ainda precisa manter um rastro de aparências de que o preço está de alguma forma relacionado ao valor, para que a antieticidade do comércio não venha à tona. Mas o fato de o preço ser determinado pela interação dos custos de produção e da concorrência é bastante correto e é uma das principais leis da propriedade privada. Foi a primeira coisa que o economista encontrou, essa lei puramente empírica; e a partir disso ele abstraiu seu valor real, ou seja, o preço, no momento em que a relação de concorrência é equilibrada, quando a demanda e a oferta coincidem – então, é claro que os custos de produção permanecem, e é isso que o economista chama de valor real, embora seja apenas uma determinação do preço. Então, tudo na economia está de cabeça para baixo; faz-se com que o valor, que é o original, é a fonte do preço, seja dependente deste, seu próprio produto. Como é sabido, essa inversão é a essência da abstração, e sobre tal questão Feuerbach pode ser consultado.

Segundo o economista, os custos de produção de uma mercadoria consistem em três elementos: a renda fundiária [*Grundrente*] pelo terreno necessário para produzir a matéria-prima, o capital com lucro e o salário pelo trabalho necessário para a produção e elaboração. Mas se mostra de imediato que capital e trabalho são idênticos, uma vez que os próprios economistas admitem que o capital é "trabalho acumulado". Portanto, temos apenas dois lados: o natural, objetivo, o terreno, e o humano, subjetivo, o trabalho, que inclui capital – e uma terceira coisa além do capital em que o economista não pensa, quero dizer, o elemento espiritual da invenção, do pensamento, além

do elemento físico do mero trabalho. O que o economista tem que ver com o espírito da invenção? Todas as invenções não lhe chegaram sem a sua intervenção? Custou-lhe algo *uma* delas? Então, por que ele precisa preocupar-se com o cálculo de seus custos de produção? Para ele, terra, capital, trabalho são condições de riqueza e ele não precisa de mais nada. A ciência não lhe interessa. Se ela lhe deu presentes através de Berthollet, Davy, Liebig, Watt, Cartwright etc., o que beneficiou imensamente a ele e a sua produção – o que isso lhe importa? Ele não sabe como calcular semelhante coisa; os avanços na ciência vão além de seus números. Mas, para uma situação racional, que está além da divisão de interesses, como ocorre com o economista, o elemento espiritual é um dos elementos da produção e encontrará seu lugar na economia sob custos de produção. E é satisfatório saber que o cultivo da ciência também é materialmente gratificante, saber que um único fruto da ciência, como o motor a vapor de James Watt, trouxe mais ao mundo, nos primeiros 50 anos de sua existência, do que o mundo gastou desde o início do cultivo da ciência.

Temos, portanto, dois elementos de produção, natureza e homem, e este último, por sua vez, física e espiritualmente em atividade; e agora podemos retornar ao economista e a seus custos de produção.

Tudo o que não pode ser monopolizado não tem valor, diz o economista – uma tese que examinaremos em mais detalhes posteriormente. Se dizemos que não tem *preço*, a tese está correta para a condição relativa à propriedade privada. Se o solo fosse tão fácil de obter quanto o ar, ninguém pagaria juros fundiários [*Grundzins*]. Como esse não é o caso, mas a extensão das terras que são apropriadas em um caso especial é limitada, então são pagos juros fundiários pelo solo tomado em propriedade, ou seja, monopolizado, ou se paga um preço de compra por ele. Mas é muito estranho ter de ouvir do economista, após essas informações sobre a origem do valor da terra, que os juros fundiários são a diferença entre o rendimento, que paga os juros, e a parcela que paga pior o esforço pelo cultivo. Como é sabido, esta é a definição dos juros fundiários que Ricardo desenvolveu completamente. Esta definição é praticamente correta se levarmos em conta que uma queda na demanda reage *instantaneamente* aos juros fundiários e desativa imediatamente o cultivo de uma quantidade correspondente da pior terra cultivada. Mas esse não é o caso, a definição é, portanto, insuficiente; além disso, não inclui a causa dos juros fundiários e, portanto, deve ser abandonada. O coronel T. P. Thompson, *leaguer* da *Liga* contra a “Lei dos

Grãos”⁶, renovou a definição de Adam Smith, em contraposição a essa, e a fundamentou. Segundo ele, os juros fundiários são a relação entre a concorrência entre os candidatos pelo uso do solo e a quantidade limitada de solo disponível. Aqui está, pelo menos, um retorno à origem dos juros fundiários; mas essa explicação exclui a diferença de fertilidade do solo, assim como a precedente explicação omite a concorrência.

Então, novamente, temos duas definições unilaterais e, portanto, meias definições para o mesmo objeto. Como no conceito de valor, teremos novamente de combinar essas duas determinações para encontrar a determinação correta que se segue ao desenvolvimento da questão e, portanto, engloba toda a prática. Os juros fundiários são a relação entre a capacidade produtiva do solo, o lado natural (que, por sua vez, compõe-se da predisposição natural e da exploração humana, o trabalho, para melhorar) –, e o lado humano, a concorrência. Os economistas podem sacudir a cabeça com essa "definição"; eles ficarão chocados ao ver que ela inclui tudo o que está relacionado à questão.

O proprietário fundiário não tem de reprovar nada ao comerciante.

Ele rouba monopolizando o solo. Ele rouba para si mesmo explorando o aumento da população, o que aumenta a concorrência e, portanto, o valor de seu terreno, tornando fonte de sua vantagem pessoal, que não aconteceu por meio de sua ação pessoal, o que lhe é puramente contingente. Ele rouba quando *arrenda*, ao se apoderar das melhorias feitas por seu último arrendatário. Este é o segredo da riqueza cada vez maior dos grandes proprietários fundiários.

Os axiomas que qualificam o modo de aquisição do proprietário como roubo, ou seja, que todos têm direito ao produto de seu trabalho ou que ninguém deve colher onde não semeou, não são nossa afirmação. O primeiro exclui a obrigação de alimentar as crianças, o segundo exclui todas as gerações do direito de existir, na medida em que cada geração assume o legado da geração anterior. Portanto, esses axiomas são consequência da propriedade privada. Ou se realizam suas consequências ou se renuncia à premissa.

⁶ [NT] A Liga *Anti-Corn-Law* era uma associação de comerciantes livres fundada pelos dois fabricantes Richard Cobden e John Bright em 1838 com o objetivo de revogar as leis de grãos. Trata-se das leis de grãos que foram introduzidas na Inglaterra em 1815 no interesse dos grandes proprietários de terras, dos senhores da terra e que restringiram ou proibiram a importação de grãos do exterior. Em 26 de junho de 1846, o Parlamento inglês decidiu abolir as leis dos grãos. Foi uma vitória importante para a burguesia industrial, que estava sob o lema do livre comércio contra as leis de grãos, sobretudo para obter mão de obra mais barata.

Sim, a própria apropriação originária [*urprüngliche Appropriation*] é justificada pela afirmação do direito *comum* de propriedade, ainda mais antigo. Por onde quer que vamos, a propriedade privada nos conduz a contradições.

Foi o passo final em direção à usura de si mesmo, da terra, que é a nossa única e a primeira condição de nossa existência; foi e ainda é uma antieticidade que só é superada pela antieticidade da venda de si mesmo [*Selbstveräußerung*]. E a apropriação originária, a monopolização da terra por um pequeno número, a exclusão do resto da condição de sua vida, não ultrapassa em nada, em antieticidade, a tardia comercialização do solo.

Se excluirmos a propriedade privada aqui novamente, os juros fundiários serão reduzidos à sua verdade, à visão razoável, que é a sua base essencial. O valor do solo, separado dele como juros fundiários, retorna ao próprio solo. Esse valor, que deve ser medido pela capacidade de produzir de uma mesma área com a mesma quantidade de trabalho, é considerado parte dos custos de produção ao determinar o valor dos produtos e, como os juros fundiários, é a relação entre a capacidade de produzir e a concorrência, mas a concorrência *verdadeira*, tal como será desenvolvida a seu tempo.

Vimos como capital e trabalho são, em sua origem, idênticos; vimos, a partir dos desenvolvimentos do próprios economistas, como o capital, resultado do trabalho, é imediatamente transformado em substrato material do trabalho no processo de produção e, assim, a separação do capital em relação ao trabalho é superada momentaneamente pela unidade de ambos; e ainda assim o economista separa capital e trabalho, mantém a divisão sem reconhecer a unidade de outro modo, exceto pela definição de capital: "trabalho acumulado". A cisão entre capital e trabalho resultante da propriedade privada nada mais é do que a divisão do trabalho em si mesmo, que corresponde a este estado de divisão e dele surge. E, depois que essa separação ocorre, o capital se divide novamente no capital originário e no lucro, o aumento de capital que recebe no processo de produção, embora a própria prática imediatamente transforme esse lucro novamente em capital e o faça fluir com ele. Sim, mesmo o lucro é novamente dividido em juros e propriamente em lucro. Nos juros, a irracionalidade [*Unvernünftigkeit*] dessas cisões é levada ao extremo. A antieticidade de emprestar a juros, receber sem trabalho, pelo mero empréstimo, embora já seja inerente à propriedade privada, é óbvia demais e há muito é reconhecida pela consciência popular imparcial, que geralmente é correta nessas questões. Todas essas cisões e divisões sutis surgem da separação originária do capital em relação ao trabalho e da conclusão dessa separação na cisão da humanidade em capitalistas e trabalhadores, uma cisão que está se tornando

cada vez mais nítida a cada dia e que, como veremos, *deve* sempre ir aumentando. Essa separação, como a separação do solo entre capital e trabalho, que já foi considerada, é, entretanto, em última instância, impossível. De maneira alguma é possível determinar quanto da terra, do capital e do trabalho está contido em um determinado produto. As três grandezas são incomensuráveis. O solo cria a matéria-prima, mas não sem capital e trabalho, o capital pressupõe solo e trabalho e o trabalho pressupõe *pelo menos* o solo, geralmente também capital. As funções dos três são muito diferentes e não podem ser medidas em uma quarta medida comum. Portanto, quando a situação atual leva a uma distribuição do produto entre os três elementos, não há medida inerente a eles, mas uma medida completamente estranha e aleatória decide: concorrência ou o refinado direito do mais forte. Os juros fundiários implicam a concorrência, o lucro sobre o capital é determinado apenas pela concorrência e em seguida veremos que é o que ocorre com o salário do trabalho.

Se abandonarmos a propriedade privada, todas essas cisões não naturais desaparecem. A diferença entre juros e lucro desaparece; capital não é nada sem trabalho, sem movimento. O lucro reduz sua importância ao peso que equilibra o capital na determinação dos custos de produção e, portanto, permanece inerente ao capital, à medida que volta à sua unidade original com o trabalho.

O trabalho, o elemento principal na produção, a "fonte de riqueza", a atividade humana livre, é desdenhado pelo economista. Como o capital já foi separado do trabalho, o trabalho agora se cinde novamente pela segunda vez; o produto do trabalho está frente a este como salário, é separado dele e é novamente determinado, como de costume, pela concorrência, pois, como vimos, não há uma medida fixa da parcela de trabalho na produção. Se abolimos a propriedade privada, essa separação antinatural também desaparece, o trabalho é seu próprio salário e o verdadeiro significado dos salários, anteriormente alienado, é revelado: a importância do trabalho para determinar os custos de produção de uma coisa.

Vimos que, no final, tudo se resume à concorrência enquanto existir propriedade privada. Ela é a principal categoria do economista, sua filha mais

querida, a quem ele mima e acaricia sem cessar – e preste atenção ao tipo de rosto de Medusa sairá daí.

A consequência seguinte da propriedade privada foi a divisão da produção em dois lados em oposição, o natural e o humano; o solo, morto e estéril sem fertilização, e a atividade humana, cuja primeira condição é o solo. Também vimos como a atividade humana se dissolveu em trabalho e capital e como esses lados se opõem de maneira hostil. Já tínhamos, portanto, a luta dos três elementos um contra o outro, em vez do apoio mútuo dos três; agora se agrega o fato de que a propriedade privada traz consigo a fragmentação de cada um desses elementos. Uma parcela de terra se opõe à outra, um capital contra o outro, um trabalhador contra o outro. Em outras palavras: uma vez que a propriedade privada isola todos de sua própria individualidade rude e já que todos têm o mesmo interesse que seus vizinhos, um proprietário é hostil a outro, um capitalista a outro, um trabalhador a outro. Nessa inimizade dos mesmos interesses em prol de sua igualdade, a antieticidade da presente condição da humanidade está consumada; e essa consumação é a concorrência.

O oposto da *concorrência* é o *monopólio*. O monopólio era o grito de guerra dos mercantilistas, a concorrência, o canto de batalha dos economistas liberais. É fácil ver que essa oposição é novamente totalmente vazia. Cada concorrente deve desejar o monopólio, seja ele trabalhador, capitalista ou proprietário de terras. Cada coletividade menor de concorrentes deve desejar ter um monopólio para si mesmo contra todos os outros. A concorrência é baseada em juros, e os juros criam, por sua vez, o monopólio; em suma, a concorrência se integra ao monopólio. Por outro lado, o monopólio não pode interromper o fluxo da concorrência; inclusive, ele cria a própria concorrência, por exemplo, a proibição de importação ou tarifas elevadas virtualmente criam a concorrência do contrabando. – A contradição da concorrência é exatamente a mesma que a da própria propriedade privada. É do interesse de cada um ser dono de tudo, mas o interesse da coletividade é que cada um tenha a mesma quantidade. Assim, os interesses gerais e os individuais são diametralmente opostos. A contradição da concorrência é que cada um deve desejar o monopólio, enquanto a coletividade como tal perde com o monopólio e deve, portanto, removê-lo. Sim, a concorrência já pressupõe o monopólio, nomeadamente o monopólio da propriedade – e aqui novamente a hipocrisia dos liberais vem à tona – e enquanto existir o monopólio da propriedade, a propriedade do monopólio está legitimada; pois um monopólio, uma vez concedido, também é propriedade. Que deficiência miserável é atacar o pequeno monopólio e deixar o monopólio fundamental

existir. E se adicionarmos a isso a proposição do economista, já mencionada, de que nada tem valor se não pode ser monopolizado, ou seja, nada que não permita que esse monopólio entre nessa batalha da concorrência, então nossa afirmação de que a concorrência pressupõe o monopólio está perfeitamente justificada.

A lei da concorrência é que a demanda e a oferta se completam sempre e, por isso, nunca se complementam. Os dois lados estão ademais separados e se transformaram em uma acentuada oposição. A oferta está sempre logo atrás da demanda, mas nunca chega a atendê-la exatamente; é muito grande ou muito pequena, nunca segundo a demanda, porque neste estado inconsciente da humanidade ninguém sabe quão grande é essa ou aquela. Se a demanda for maior do que a oferta, o preço sobe, e isso perturba [*irritiert*] a oferta, por assim dizer; tão logo esta se manifeste no mercado, os preços caem e, quando se tornam maiores do que a demanda, a queda dos preços torna-se tão grande que a demanda volta a ser estimulada. E assim continua, nunca um estado saudável, mas uma alternância constante de perturbação [*Irritation*] e relaxamento, que exclui todo o progresso, uma oscilação eterna sem nunca alcançar a meta. Essa lei, com seu ajuste constante, em que o que aqui se perde se recupera ali, o economista a considera maravilhosa. É o seu principal orgulho, ele não se cansa de olhar para ela em todas as circunstâncias possíveis e impossíveis. E, no entanto, é óbvio que essa lei é uma lei pura da natureza, não uma lei do espírito. Uma lei que cria a revolução. O economista apresenta sua bela teoria de demanda e oferta, prova a você que "nunca se pode produzir em demasia", e a prática responde com as crises comerciais que se repetem tão regularmente quanto os cometas e das quais agora temos uma a cada cinco a sete anos, em média. Durante 80 anos, essas crises comerciais ocorreram com a mesma regularidade que as grandes epidemias do passado – e trouxeram mais miséria e mais antieticidade [*Unsittlinchkeit*] do que essas (cf. WADE, *Hist[ory] of the middle and working classes*, Londres, 1835, p. 211). É claro que essas revoluções comerciais confirmam a lei, elas a confirmam em toda a extensão, mas de uma maneira diferente daquela que o economista quer que acreditemos. O que se deve pensar de uma lei que só pode ser aplicada por meio de revoluções periódicas? É uma lei natural baseada na inconsciência dos envolvidos. Se os produtores enquanto tais soubessem quanto precisam os consumidores, se organizassem a produção, se a distribuíssem entre si, a flutuação da concorrência e sua tendência à crise seriam impossíveis. Produzindo com consciência, como homens, não como átomos fragmentados sem consciência genérica, colocar-se-iam acima de todos esses opostos artificiais e insustentáveis. Enquanto continua a produzir da maneira atual,

de forma inconsciente e impensada, deixada ao acaso, as crises comerciais permanecem; e cada crise sucessiva deve se tornar mais universal, isto é, pior do que a anterior, deve empobrecer um número maior de pequenos capitalistas e aumentar o número da classe que só vive do trabalho em proporções crescentes – ou seja, a massa de trabalho a ser empregada, o principal problema de nossos economistas, deve aumentar visivelmente e, finalmente, provocar uma revolução social como a sabedoria escolar [*Schulweisheit*] dos economistas não pode sonhar.

A eterna oscilação dos preços, criada pela relação concorrencial, remove completamente o último traço de eticidade do comércio. Não se trata mais de valor; o mesmo sistema que parece atribuir tanto peso ao valor, que dá à abstração do valor em dinheiro a honra de uma existência particular – o mesmo sistema destrói todo valor inerente por meio da concorrência e muda a relação de valor de todas as coisas entre si diariamente e de hora em hora. Onde neste redemoinho está a possibilidade de uma troca fundada eticamente? Nesses altos e baixos contínuos, cada um deve procurar encontrar o momento mais favorável para comprar e vender; cada um deve se tornar um especulador, ou seja, colhendo onde não semeou, enriquecendo com a perda dos outros, calculando sobre o infortúnio dos outros ou deixando que o acaso o beneficie. O especulador sempre conta com as desgraças, principalmente safras ruins, ele usa de tudo, como, em sua época, o incêndio de Nova York⁷, e o ponto culminante da antieticidade é a especulação na bolsa de valores em fundos, por meio da qual a história, e nela a humanidade, é reduzida a meios de satisfazer a ganância do especulador que calcula ou arrisca. E oxalá o homem de negócios honesto e "sólido" não se indigne com o jogo do mercado de ações de uma forma farisaica – graças a Deus etc. Ele é tão ruim quanto os especuladores de fundos, ele especula tanto quanto eles, ele tem de fazê-lo, a concorrência o força a fazer isso, e seu comércio implica, portanto, a mesma antieticidade que a deles. A verdade da relação concorrencial é a relação entre a força de consumo e a força de produção. Em uma condição digna de humanidade, não haverá outra concorrência senão esta. A comunidade terá de calcular o que pode produzir com os meios de que dispõe e, de acordo com a relação entre sua potência produtiva e a massa de consumidores, determinar em que medida deve aumentar ou diminuir a produção, até que ponto deve ceder ao luxo ou limitá-lo. Mas, para julgar corretamente sobre essa relação e o aumento da capacidade produtiva que se espera de uma condição razoável da comunidade, meus leitores podem consultar os escritos dos socialistas ingleses e, em parte, também de Fourier.

⁷ [NTE] No ano de 1835 ocorreu em Nova York um incêndio de grandes proporções, praticamente toda a Nova York holandesa foi destruída pelo fogo. Estima-se que cerca de 600 casas foram arrasadas nesse incidente.

A concorrência subjetiva, a rivalidade do capital contra o capital, do trabalho contra o trabalho etc. será, sob essas circunstâncias, reduzida à rivalidade baseada na natureza humana e que, até agora, apenas foi desenvolvida por Fourier de uma maneira aceitável; após a superação dos interesses opostos, estará limitada à sua própria esfera peculiar e razoável.

A luta do capital contra o capital, do trabalho contra o trabalho, da terra contra a terra leva a produção a um calor febril que vira de cabeça para baixo todas as relações naturais e razoáveis. Nenhum capital pode resistir à concorrência do outro se não for levado ao mais alto nível de atividade. Nenhuma parcela de terra pode ser usada para construir se não aumentar continuamente sua capacidade de produção. Nenhum trabalhador pode enfrentar seus concorrentes se não dedicar todas as suas energias ao trabalho. Quem quer que se envolva na luta da concorrência pode suportá-la sem o maior esforço de sua força, sem o abandono de todos os fins verdadeiramente humanos. A consequência dessa hiperatividade, por um lado, é, necessariamente, um relaxamento, por outro. Quando a oscilação da concorrência é escassa, quando a demanda e a oferta, o consumo e a produção são quase iguais, então o desenvolvimento da produção deve chegar a um estágio em que haja tanto excedente de força produtiva que a grande massa da nação não tenha nada para viver; que as pessoas morram de fome por pura sobreabundância. A Inglaterra está nessa posição insana, nesse absurdo vivo, há algum tempo. Se a produção oscila mais fortemente, como é necessário em decorrência de tal condição, então ocorre uma alternância de prosperidade e crise, superprodução e estagnação. O economista nunca foi capaz de explicar esse posicionamento maluco; para explicá-lo, ele inventou a teoria da população, que é tão absurda, e ainda mais, do que essa contradição de riqueza e miséria ao mesmo tempo. O economista não *pode* ver a verdade; ele não pode ver que essa contradição é uma simples consequência da concorrência, porque, do contrário, todo o seu sistema desmoronaria.

Para nós, é fácil explicar a questão. A força produtiva à disposição da humanidade é incomensurável. A produtividade do solo pode ser aumentada indefinidamente por meio do uso de capital, trabalho e ciência. De acordo com os cálculos dos economistas e estatísticos mais capazes (cf. o *Principle of population*, de Alison, v. 1, Cap. I e II), a Grã-Bretanha "superpovoada" pode chegar a produzir em dez anos grãos suficientes para seis vezes sua população atual. O capital aumenta diariamente; a força de trabalho cresce com a população, e a ciência sujeita cada vez mais a força da natureza ao homem. Essa capacidade produtiva incomensurável, se manejada conscientemente e no interesse de todos, logo reduziria ao mínimo o trabalho que cabe à humanidade; abandonada à concorrência, ela faz o mesmo, mas dentro da

contradição. Uma parte da terra é mais bem cultivada, enquanto outra – na Grã-Bretanha e na Irlanda, 30 milhões de acres de boa terra – fica selvagem. Parte do capital circula com tremenda rapidez, outra parte fica morta no caixão. Alguns dos trabalhadores trabalham 14 ou 16 horas por dia, enquanto outros permanecem ociosos, inativos, e morrem de fome. Ou a distribuição surge dessa simultaneidade: hoje, o comércio está indo bem, a demanda é muito importante, tudo está funcionando, o capital está girando com uma velocidade maravilhosa, a agricultura está prosperando, os trabalhadores trabalham até adoecer – amanhã haverá uma estagnação, a agricultura não vale o esforço, extensões inteiras de terra permanecem não cultivadas, o capital congela no meio do rio, os trabalhadores não têm ocupação e o país inteiro labora em uma riqueza supérflua e uma população supérflua.

O economista não pode reconhecer este desenvolvimento da questão como o correto; caso contrário, como eu disse, ele teria de desistir de todo o seu sistema da concorrência; ele teria de ver o vazio de sua oposição entre produção e consumo, entre população supérflua e riqueza supérflua. Mas, uma vez que não poderia ser negado, para alinhar esse fato à teoria foi inventada a teoria da população.

Malthus, o autor desta doutrina, sustentou que a população sempre pressiona os meios de subsistência, que, à medida que a produção aumenta, a população aumenta na mesma proporção e que a tendência inerente à população de aumentar além dos meios de subsistência disponíveis é a causa de toda miséria e vício. Porque, se há muitas pessoas, elas têm de ser colocadas fora do caminho de uma forma ou de outra, ou mortas violentamente ou mortas em função da fome. Mas, quando isso acontece, há novamente uma lacuna que é imediatamente preenchida novamente por outros aumentos da população, e assim a velha miséria começa novamente. Sim, este é o caso em todas as condições, não apenas no estado civilizado, mas também no estado natural; os selvagens da Nova Holanda⁸, dos quais cada um dispõe de uma milha quadrada⁹, sofrem com a superpopulação tanto quanto a Inglaterra. Em suma, se quisermos ser coerentes, temos de admitir *que a terra já estava superpovoada quando havia apenas um homem*. As consequências desse desenvolvimento são que, uma vez que os pobres são precisamente os supérfluos, nada deve ser feito por eles, a não ser tornar para eles a morte por inanição o mais fácil possível, convencê-los de que não se pode mudar nada e que não há salvação para a sua classe a não ser reproduzir-se o mínimo possível, ou, se isto não funcionar, é ainda melhor que se estabeleça uma instituição estatal para a matança indolor dos filhos

⁸ [NTI] Antiga denominação da Austrália.

⁹ [NTE] A milha inglesa equivale a 1.609 m.

dos pobres, como sugere "Marcus"¹⁰ – segundo o qual pode haver dois filhos e meio para cada família da classe trabalhadora; mas tudo o que vier a mais será morto sem dor. Dar esmolas seria um crime, pois ajuda a aumentar o excedente populacional; mas será muito vantajoso se a pobreza se transformar em crime e as casas dos pobres se tornarem instituições penais, como já foi feito na Inglaterra por meio da nova lei "liberal" dos pobres¹¹. É verdade que esta teoria está muito mal alinhada com o ensino da Bíblia sobre a perfeição de Deus e sua criação, mas "é uma refutação ruim usar a Bíblia contra os fatos"!

Devo elaborar ainda mais essa doutrina infame e vil, essa hedionda blasfêmia contra a natureza e a humanidade, e levar suas consequências ainda mais longe? Aqui, finalmente levamos a antieticidade do economista ao auge. O que são todas as guerras e horrores do sistema de monopólio contra essa teoria? E é precisamente ela a pedra angular do sistema liberal de liberdade de comércio, cuja derrubada resulta na ruína de todo o edifício. Pois, se a concorrência foi provada aqui como a causa da miséria, da pobreza e do crime, quem então se atreverá a falar a seu favor?

Na obra acima citada, Alison abalou a teoria de Malthus apelando para a força produtiva da terra e contrariando o princípio de Malthus com o fato de que cada homem adulto pode produzir mais do que precisa, um fato sem o qual a humanidade não poderia se multiplicar, nem mesmo existir; de que mais os ainda não adultos poderiam viver? Mas Alison não vai ao fundo da questão e, portanto, finalmente volta ao mesmo resultado que Malthus. Embora ele prove que o princípio de Malthus está incorreto, ele não pode negar os fatos que o levaram a enunciar esse princípio.

Se Malthus não tivesse considerado a questão de forma tão unilateral, deveria ter visto que o excedente de população ou a força de trabalho está sempre ligada à riqueza excedente, ao capital excedente e à propriedade fundiária excedente. A população só é grande onde a força produtiva é muito grande. A condição de todos os países superpovoados, especialmente a Inglaterra, desde a época em que Malthus escreveu, mostra isso claramente. Esses eram os fatos que Malthus deveria considerar em sua totalidade e cuja consideração deveria levar ao resultado correto; em vez disso, ele escolheu

¹⁰ [NTI] Sob o pseudônimo de "Marcus", apareceram na Inglaterra do final da década de 1830 alguns panfletos nos quais a teoria misantrópica malthusiana foi pregada. Em particular: *On the possibility of limiting populoussness*, editado por John Hill, Block Horse Court, Fleet Street, 1838; e *The theory of painless extinction*, cuja publicação foi anunciada em *New moral word* em 29 de agosto de 1840.

¹¹ [NTI] Trata-se da lei sobre o pauperismo (*An act for the amendment and better administration of the laws, relating to the poor in England and Wales*) que entrou em vigor em 14 de agosto de 1834 e que concedia uma única assistência aos pobres, sua colocação em trabalho coercitivo. As pessoas chamavam essas casas de trabalho de "Bastilhas para os pobres".

um, desconsiderando o outro, e assim chegou ao seu resultado insano. O segundo erro que ele cometeu foi confundir meios de subsistência e ocupação. Que a população sempre pressiona pelos meios de ocupação, que tantas pessoas podem ser geradas quanto possam vir a ser ocupadas, enfim, que a produção de força de trabalho tem sido até agora regulada pela lei da concorrência e, portanto, também esteve exposta a crises e flutuações periódicas, é um fato que Malthus é responsável por estabelecer. Mas os meios de ocupação não são os meios de subsistência. Os meios de ocupação só aumentam em seus resultados finais pelo aumento da força da máquina e do capital; os meios de subsistência aumentam tão logo a força produtiva é aumentada em qualquer quantidade. Aqui, uma nova contradição na economia vem à tona. A demanda do economista não é a demanda real, seu consumo é artificial. Para o economista, só há uma demanda real, um consumidor real, quando se pode oferecer um equivalente pelo que se recebe. Mas, e se for um fato que todo adulto produz mais do que pode consumir ele mesmo, que as crianças são como árvores que retribuem abundantemente o gasto realizado nelas – e certamente esses são fatos – então, teria de pensar que todo trabalhador deveria ser capaz de produzir muito mais do que precisa, e a comunidade, portanto, gostaria de lhe fornecer tudo o que ele precisa; então, poderia pensar que uma grande família deveria ser um dom muito desejável para a comunidade. Mas o economista, na aspereza de sua visão, não conhece outro equivalente além do que lhe é pago em dinheiro tangível. Ele está tão firmemente preso aos seus antagonismos que os fatos mais contundentes o incomodam tanto quanto os princípios científicos.

Eliminamos a contradição simplesmente mediante sua superação. Com a fusão dos interesses agora opostos, o antagonismo entre a superpopulação aqui e a abundância ali desaparece; o fato maravilhoso, mais maravilhoso do que todos os milagres de todas as religiões combinados, de que uma nação deve morrer de fome por causa da riqueza e da abundância vãs; desaparece a absurda afirmação segundo a qual a terra não tem o poder de alimentar as homens. Esta afirmação é o ponto mais alto da economia cristã – e que nossa economia é essencialmente cristã, poder-se-ia ter provado com cada proposição, com cada categoria, e o farei a seu tempo¹²; a

¹² [NTI] É difícil estabelecer a qual projeto literário Engels se referia. Ele provavelmente se referia à história social da Inglaterra, que pretendia escrever e que menciona no final deste mesmo ensaio. Em sua série de artigos, *A situação da Inglaterra* (*Die Lage Englands in: Werke Marx-Engels*, Band 1; Berlin: Dietz Verlag, 1981), que é um breve esboço preliminar deste trabalho, Engels considera o ensinamento econômico de Adam Smith e as teorias utilitaristas de Jeremy Bentham e James Mill uma teoria da dominação da propriedade privada, do egoísmo, da alienação do homem, que representam a realização dos princípios derivados da visão e da ordem do mundo cristãs (1981, p. 567). É provável, porém, que Engels planejasse uma obra específica, de cunho econômico. Um ano depois, por exemplo, Engels menciona a intenção de preparar um panfleto sobre o economista alemão List (ver sua carta a Marx de 19 nov. 1844).

teoria de Malthus é apenas a expressão econômica do dogma religioso da contradição entre espírito e natureza e a conseqüente corrupção de ambos. Espero ter mostrado essa contradição em sua nulidade também no campo econômico, há muito resolvida para e com a religião; a propósito, não aceitarei nenhuma defesa da teoria de Malthus como competente se ela não me explicar de antemão, com base em seu próprio princípio, como um povo pode morrer de fome por causa da pura abundância, e que não harmonize isso com a razão e com os fatos.

A teoria de Malthus, por sua vez, foi um ponto de transição absolutamente necessário, que nos fez avançar infinitamente. Por meio dela, como sobretudo por meio da economia, tomamos consciência da força produtiva da terra e da humanidade e, depois da suplantação [*Überwindung*] desse desespero econômico, ficamos para sempre protegidos do medo da superpopulação. Retiramos dela os argumentos econômicos mais fortes para a transformação social; pois, mesmo que Malthus estivesse absolutamente certo, essa transformação teria de ser levada a cabo em seguida, porque somente ela, somente a formação das massas que ela proporciona, torna possível a restrição moral do instinto de reprodução, que o próprio Malthus apresenta como o antídoto mais eficaz e mais fácil para a superpopulação. Por meio dessa teoria pudemos conhecer a mais profunda humilhação da humanidade, sua dependência das relações de concorrência; mostrou-nos como, em última instância, a propriedade privada fez do homem uma mercadoria cuja produção e destruição dependem apenas da demanda; mostrou-nos como o sistema da concorrência exterminou e extermina milhões de homens todos os dias; vimos tudo isso e tudo nos leva à superação dessa humilhação da humanidade por meio da superação da propriedade privada, da concorrência e dos interesses contrapostos.

A fim de privar o medo geral da superpopulação de todas as bases, no entanto, voltemos mais uma vez à relação da força produtiva com a população. Malthus faz um cálculo no qual baseia todo o seu sistema. A população aumenta em progressão geométrica: 1 + 2 + 4 + 8 + 16 + 32 etc., a força produtiva do solo, em aritmética: 1 + 2 + 3 + 4 + 5 + 6. A diferença é óbvio, é apavorante; mas está correta? Onde está comprovado que a capacidade produtiva do solo aumenta na progressão aritmética? A extensão do solo é limitada, tudo bem. A força de trabalho a ser utilizada nesta superfície aumenta com a população; vamos supor que o aumento dos rendimentos pelo aumento do trabalho nem sempre aumenta na proporção do trabalho; ainda assim, resta um terceiro elemento, que obviamente nunca conta para o economista, a ciência, cujo progresso é tão infinito e pelo menos tão rápido quanto o da população. Que progresso a agricultura deve, neste século, apenas à química, sobretudo, apenas a dois homens – Sir Humphry

Davy¹³ e Justus Liebig¹⁴? A ciência, entretanto, aumenta pelo menos como a população; ela aumenta em proporção ao número da última geração; a ciência avança na proporção da massa de conhecimento que lhe foi deixada pela geração anterior, isto é, nas condições mais ordinárias, também em progressão geométrica, e o que é impossível para a ciência? Mas é ridículo falar de superpopulação enquanto "o vale do Mississippi tiver solo não cultivado suficiente para transplantar toda a população da Europa"¹⁵, enquanto apenas um terço da terra for considerado cultivado e a própria produção deste terço puder ser aumentada por um fator de seis ou mais aplicando melhorias que já são conhecidas.

Assim, a concorrência coloca capital contra capital, trabalho contra trabalho, propriedade fundiária contra propriedade fundiária e, da mesma forma, cada um desses elementos contra os outros dois. Em uma luta, o mais forte vence e, para prever o resultado dessa luta, teremos de examinar a força daqueles que lutam. Em primeiro lugar, a propriedade fundiária e o capital são mais fortes do que o trabalho, pois o trabalhador deve trabalhar para viver, enquanto o senhorio pode viver com os seus aluguéis, e o capitalista, com os seus juros e, em caso de necessidade, com o seu capital ou com as propriedades fundiárias capitalizadas. A consequência disso é que apenas as necessidades mais básicas, os meios básicos de subsistência, vão para o trabalho, enquanto a maior parte dos produtos é distribuída entre o capital e a propriedade fundiária. Ademais, o trabalhador mais forte desloca o mais fraco do mercado, o capital maior, o menor, a propriedade fundiária maior, a menor. A prática confirma essa conclusão. São bem conhecidas as vantagens que o grande fabricante e o grande comerciante têm sobre o pequeno e o grande proprietários fundiários em relação ao proprietário de uma única manhã. A consequência disso é que, mesmo em circunstâncias normais, o grande capital e a grande propriedade fundiária devoram o pequeno capital e

¹³ [NT] Humphry Davy (Penzance, Cornwall, Reino Unido, 17 dez. 1778 – Genebra, Suíça, 29 maio 1829) foi um químico britânico, considerado o fundador da eletroquímica, junto com Alessandro Volta e Michael Faraday. Davy contribuiu para a identificação experimental de vários elementos químicos por meio da eletrólise e estudou a energia envolvida no processo, desenvolveu a eletroquímica explorando o uso da célula ou bateria de Volta. Realizou importantes estudos na química e foi o responsável por identificar e isolar os elementos potássio, sódio, bário, estrôncio, cálcio e magnésio.

¹⁴ [NT] Justus Freiherr von Liebig (12 maio 1803 – 18 abr. 1873) – cientista alemão que realizou contribuições importantes nas áreas da agricultura e da biologia química. Foi considerado o principal fundador da química orgânica. Costuma ser descrito como o “pai dos fertilizantes industriais” por seus estudos sobre a importância do nitrogênio e outros minerais como nutrientes essenciais para as plantas.

¹⁵ [NEA] ALISON, Archibald. *The principles of population, and their connection with human happiness* v. 1. London, 1840, p. 548.

a pequena propriedade fundiária de acordo com a lei do mais forte – a centralização da propriedade. Nas crises comercial e agrícola, essa centralização acontece muito mais rapidamente. A grande propriedade geralmente se multiplica muito mais rapidamente do que as pequenas, pois uma parte muito menor da receita é deduzida como despesa da propriedade. Essa centralização da propriedade é uma lei tão imanente à propriedade privada quanto a todas as outras; as classes médias devem desaparecer cada vez mais até que o mundo seja dividido em milionários e pobres, grandes proprietários de terras e pobres diaristas. Todas as leis, toda divisão da propriedade fundiária, toda fragmentação possível do capital são inúteis – este resultado deve vir, e virá, se não for precedido por uma transformação total das relações sociais, uma fusão de interesses contrapostos e uma superação da propriedade privada.

A livre concorrência, principal palavra-chave de nossos economistas do dia, é uma impossibilidade. O monopólio pelo menos tinha a intenção, se não pudesse realizá-lo, de proteger o consumidor de fraudes. A abolição do monopólio abre a porta à fraude. Fala-se que a concorrência tem em si o antídoto para a fraude, ninguém vai comprar coisas ruins – ou seja, cada um deve ser conhecedor de cada artigo, e isso é impossível –, daí a necessidade de monopólio, que também é encontrada em muitos artigos. As farmácias etc. *devem* ter um monopólio. E o artigo mais importante, o dinheiro, precisa do monopólio acima de tudo. Cada vez que o meio circulante deixou de ser um monopólio estatal, produziu uma crise comercial e os economistas ingleses, incluindo o Dr. Wade, admitem aqui também a necessidade de monopólio. Mas o monopólio também não protege contra o dinheiro falsificado. Qualquer que seja o lado que se tome frente à questão, um é tão difícil quanto o outro, o monopólio cria livre concorrência e essa, por sua vez, cria o monopólio; portanto, ambos devem desaparecer, e essas dificuldades devem ser eliminadas pela superação do princípio que os produz.

A concorrência permeou todas as nossas condições de vida e completou a escravidão mútua na qual os homens agora se mantêm. A concorrência é a nossa grande força motriz que incita nossa antiga e adormecida ordem social – ou melhor, nossa desordem social –, repetidamente à atividade, mas a cada novo esforço consome também uma parte da força declinante. A concorrência rege o progresso numérico da humanidade; também rege sua eticidade. Qualquer pessoa que se familiarizou com as estatísticas do crime deve ter notado a peculiar regularidade com que este progride a cada ano, com a qual certas causas produzem certos crimes. A expansão do sistema fabril resulta em aumento do crime em todos os lugares. O número de prisões, casos criminais, até mesmo

o número de assassinatos, roubos, pequenos furtos etc. para uma grande cidade ou distrito pode ser determinado com antecedência todos os anos, como tem sido feito com bastante frequência na Inglaterra. Essa regularidade demonstra que o crime também é regido pela concorrência, que a sociedade cria uma *demanda* para o crime que é atendida por uma *oferta* adequada, que a lacuna provocada pela prisão, pela deportação ou pela execução de certo número de pessoas é imediatamente suprida por outras, assim como toda lacuna na população é imediatamente preenchida de novo pelos recém-chegados, ou seja, o crime pressiona tanto os meios de punição quanto os povos os meios de ocupação. O quanto é justo, nestas circunstâncias, à parte de todas as outras, punir os criminosos, deixo ao critério dos meus leitores. O que importa para mim, aqui, é apenas provar a expansão da concorrência para o campo da moral [*moralische Gebiet*] e mostrar a profunda degradação a que a propriedade privada trouxe as pessoas.

Na luta do capital e da terra contra o trabalho, os dois primeiros elementos têm uma vantagem especial sobre o trabalho – o auxílio da ciência, pois também esta é dirigida contra o trabalho nas condições atuais. Quase todas as invenções mecânicas, por exemplo, foram motivadas pela escassez de mão de obra, especialmente as máquinas de fiar algodão Hargreaves, Crompton e Arkwright. Toda grande demanda por trabalho gerou uma invenção que aumentou a força de trabalho de forma significativa; por conseguinte, desviou a demanda por trabalho humano. A história da Inglaterra de 1770 até o presente é uma evidência contínua disso. A última grande invenção na fiação de algodão, a *Self-acting Mule*¹⁶, foi causada inteiramente pela demanda de trabalho e do aumento dos salários – ela dobrou o trabalho da máquina e, dessa forma, reduziu o trabalho manual à metade, deixou metade dos trabalhadores sem ocupação e reduziu, assim, os salários dos outros pela metade; destruiu uma conspiração dos trabalhadores contra os fabricantes e destruiu o último resquício de força com que o trabalho havia suportado a luta desigual contra o capital (ver Dr. Ure, *Philosophy of manufactures*, v. 2). O economista diz que o resultado final é que o maquinário é favorável aos trabalhadores, tornando a produção mais barata e, assim, criando um mercado novo e maior para seus produtos e, desse modo, finalmente ocupando os trabalhadores que haviam ficado sem trabalho. Certo, mas o economista esquece pois aqui que a produção de força

¹⁶ [NTE] Máquina fiadora: entre 1738 e 1835 se produziram na Inglaterra muitas invenções importantes para a mecanização da fiação, muito significativas para o desenvolvimento do capitalismo. Em 1764, James Hargreaves inventou a máquina “Jenny”, em 1779, Samuel Crompton inventou outra máquina manual para fiar; em 1875 Richard Robert inventou a *Self-acting Mule* ou *Selfaktor* (a “automática”).

de trabalho é regulada pela concorrência, que a força de trabalho sempre pressiona os meios de ocupação? Esquece que, se a vantagem que traz consigo a maquinaria se materializar, haverá de novo um excedente de concorrentes esperando por trabalho, então, tornar-se-á ilusória essa vantagem, enquanto a desvantagem – isto é, a retirada repentina dos meios de subsistência para metade e a queda dos salários para a outra metade te o trabalhador – não é ilusória? O economista esquece que o progresso da invenção nunca pára, que essa desvantagem se perpetua? Ele esquece que, com a divisão do trabalho tão infinitamente aumentada por nossa civilização, um trabalhador só pode viver se puder ser usado nesta máquina específica para este trabalho insignificante em particular? Esquece que a passagem de uma ocupação para outra, mais nova, é quase sempre uma impossibilidade decisiva para o trabalhador adulto?

Ao considerar os efeitos da máquina, chego a outro tema mais distante, o sistema fabril, e não tenho inclinação nem tempo para lidar com isso. A propósito, espero ter em breve a oportunidade de desenvolver plenamente a hedionda antieticidade desse sistema e de expor implacavelmente a hipocrisia do economista, em todo o seu esplendor¹⁷.

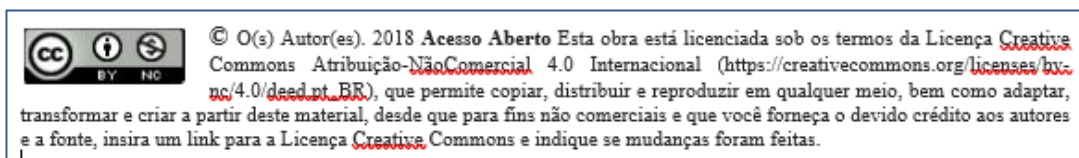
Escrito entre o final de 1843 e janeiro de 1844
Publicado por *Deutsch-Französische Jahrbücher*, Paris, 1844

Como citar:

ENGELS, Friedrich. Esboço para uma crítica da economia política. Trad. Ronaldo Vielmi Fortes. Rev. Vitor B. Sartori. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 26, n. 2, pp. 263-87, jul./dez. 2020.

Data do envio: 16 set. 2020

Data do aceite: 7 out. 2020



¹⁷ [NEA] Engels pretendia escrever uma tese sobre a história social da Inglaterra, para a qual havia coletado o material durante sua estada em Manchester (novembro de 1842 a agosto de 1844). Em um capítulo, ele queria lidar com a situação da classe trabalhadora inglesa. Mais tarde, Engels decidiu dedicar um trabalho especial ao proletariado inglês. Após seu retorno à Alemanha, ele escreveu *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (cf. *Werke Marx-Engels*, v. 2 de nossa edição, pp. 225-506).